

Comissão regozija-se com o apoio do Parlamento a uma redução gradual das devoluções nas pescarias da UE

A Comissão Europeia congratula-se com o amplo apoio do Parlamento Europeu, expresso na sessão plenária de ontem, à sua comunicação de Março de 2007 sobre uma política destinada a reduzir as capturas acessórias indesejadas e eliminar as devoluções nas pescarias europeias (IP/07/429). No seu parecer, o Parlamento aprova a abordagem da Comissão e sublinha a necessidade urgente de tomar medidas ao nível comunitário para impedir o desperdício de preciosos recursos haliêuticos. As devoluções representam uma importante ameaça para a sustentabilidade das unidades populacionais de peixes e, conseqüentemente, para o futuro do sector da pesca. O Parlamento apoia igualmente a proposta da Comissão no sentido de actuar passo a passo, pescaria por pescaria, com base em objectivos definidos, de forma a acabar por eliminar as devoluções. Depois de uma auscultação detalhada dos interessados, a Comissão está a consultar os cientistas acerca das primeiras pescarias nas quais seria aplicada uma proibição gradual das devoluções. A Comissão tenciona igualmente elaborar um guia, acompanhado de um calendário, sobre a aplicação da eliminação gradual das devoluções em todas as grandes pescarias comerciais europeias.

Joe Borg, Comissário responsável pelas Pescas e Assuntos Marítimos, declarou: «Estou muito satisfeito pelo facto de o Parlamento partilhar a preocupação da Comissão no que se refere ao impacto das devoluções dos recursos marinhos e a nossa determinação em lhes por cobro de uma forma progressiva. A Comissão e o Parlamento estão também de acordo quanto à necessidade de encontrar soluções *ad hoc* para cada caso. É desta forma que se conseguirá garantir a plena participação dos interessados neste processo, factor essencial para o seu êxito.»

A abordagem da Comissão pressupõe que não há pescarias iguais e que cada uma requer soluções específicas. Os objectivos em termos de taxas de devolução e os prazos para atingir tais objectivos serão definidos ao nível da UE, mas caberá aos pescadores determinar a melhor forma de os alcançar. O Parlamento, no seu parecer, apoia a eliminação das devoluções pescaria por pescaria, partindo de uma abordagem baseada nos resultados.

A Comissão está inteiramente de acordo com o Parlamento quanto ao facto de a redução dos níveis globais de esforço da pesca nas pescarias da União Europeia constituir, em si, um passo importante para eliminar as devoluções. Por conseguinte, a política proposta em matéria de devoluções não é uma acção isolada, mas sim parte da iniciativa mais vasta da UE de gerir as suas pescarias com vista a obter o rendimento máximo sustentável.

Desde a publicação da Comunicação, em Março do ano passado, a Comissão desenvolveu consultas pormenorizadas com os Estados-Membros e os interessados acerca da forma de aplicar a nova política. Também se receberam os

pareceres de cinco conselhos consultivos regionais e do Comité Consultivo da Pesca e da Aquicultura.

Foi apresentada ao Comité Científico, Técnico e Económico da Pesca (CCTEP) da própria Comissão uma lista de seis pescarias para obter o seu parecer, que deverá ser emitido a breve trecho. Em seguida, e com base nesse parecer, a Comissão seleccionará certas pescarias em que se procederá à aplicação concreta das primeiras proibições de devoluções.

Simultaneamente, a Comissão elaborará um guia, com um calendário, para aplicar a abordagem em causa a todas as grandes pescarias comerciais europeias.